



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Handwritten signatures and initials in the top right corner.

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE SANTA COMBA DÃO, REALIZADA
NO DIA 13 DE DEZEMBRO DE 2014

Aos treze dias do mês de Dezembro de dois mil e catorze, no Auditório Municipal de Santa Comba Dão, pelas dez horas, teve lugar a quinta sessão ordinária do corrente ano da Assembleia Municipal de Santa Comba Dão com a seguinte Ordem de Trabalhos:

I - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

- 1.1- ELEIÇÕES AUTARQUICAS 2013/2017/ RENÚNCIA AO MANDATO DE ANDREA DE OLIVEIRA FERNANDES MENDES SALDANHA, ELEITA PELO PS (ARTº 76, Nº2 DA LEI Nº 169/99, DE 18 DE SETEMBRO) = CONFERIÇÃO DE MANDATO A URBANA MARIA COIMBRA DE SOUSA (ARTº 79, DA LEI Nº169/99, DE 18 DE SETEMBRO)
- 1.2- CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA DE SANTA COMBA DÃO / SUBSTITUIÇÃO DE ELEMENTOS – TOMADA DE POSSE DO NOVO COMANDANTE DO CORPO ATIVO DA ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE SANTA COMBA DÃO

II – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

- 2.1- APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 20/09/2014;
- 2.2- INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICIPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO;
- 2.3- PROPOSTA DE ORÇAMENTO DA RECEITA E DESPESA E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO DE 2015/MAPA DE PESSOAL, NOS TERMOS DOS ARTIGOS 28º E 29º DO ANEXO À LEI Nº35/2014, de 20 de Junho (LEI GERAL DO TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS) = APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO;
- 2.4- PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO, EM 2015 (ARTº 50º DA LEI Nº 73/2013, DE 03 DE SETEMBRO) = APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO;



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Handwritten signature and initials, including 'Tiago'.

2.5- PEDIDO DE APOIO FINANCEIRO DE URGÊNCIA, NOS TERMOS DO ARTIGO 55º DA LEI Nº 53/2014, DE 25 DE AGOSTO, NO VALOR ATÉ 945 498, 71 € = APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO

III – PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO

Iniciou-se a sessão que foi presidida pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal Fernando Paulo Soares Gomes, secretariado por César Fernando Lima Branquinho, primeiro secretário e Tiago Rafael Rodrigues Costa, em substituição do 2º secretário

Participaram também na sessão, tomando assento nas bancadas que lhes estavam destinadas, os Senhores Deputados António José Brito Correia, Fernando Augusto Neves Gomes da Cruz, Edite da Conceição Alves da Cruz, Pedro Miguel Soares Veloso, Alcino Manuel Coimbra Martins Almeida, Marco Paulo Antunes Varela, Jorge Miguel Silva Amaral, Luís Artur Loureiro Pereira, Manuel Luís Leitão Moraes José dos Santos Castanheira Neves, Luís Miguel Ferreira Marques, Rui Jorge Gonçalves da Silva Pereira, Márcia Sofia Gonçalves Marques, Joaquim Pereira Rodrigues, Fernando Manuel Dias de Almeida e Costa, João Pedro Duarte da Cruz, Serafim Pereira Rodrigues, José Rui Batista Alves Ferreira, José Augusto Moraes de Sousa, Domingos Manuel Costa Marques e Urbana Maria Coimbra de Sousa. Verificou-se a ausência da Deputada do Partido Socialista Maria José Nogueira de Sousa, e dos Deputados do PPD/PSD, Maria Inês Dias Simão e Luís Pedro Figueiredo Simões Nunes, cujas faltas foram consideradas justificadas pela mesa.

A Sessão começou com o ponto 1 da Ordem de Trabalhos: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA.

- 1.1. Renúncia ao cargo da deputada Andreia de Oliveira Matos Fernandes Mendes Saldanha. Conferição de mandato a Urbana Maria Coimbra de Sousa. Leitura do termo de posse e investidura nas respetivas funções;
- 1.2. Conselho Municipal de Segurança de Santa Comba Dão. Substituição de elementos - tomada de posse do novo Comandante do Corpo Ativo da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Santa Comba Dão - Hélder B. Mota da Costa.

Foram abertas as inscrições para intervenções neste período.



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

[Handwritten signature]
Tic

O Senhor Deputado Jorge Miguel Silva Amaral dirigiu a sua intervenção ao Presidente da Câmara Municipal tendo como assunto a deslocalização da farmácia de S. João de Areias. Tomando como referência os critérios expressos na Lei n.º 26/2011 de 16 de Junho questionou-o sobre quais os argumentos que os proprietários da farmácia evocaram para a deslocalização desta para a União de Freguesias de Óvoa e Vimieiro e se, dentro desses argumentos, ficariam salvaguardados os serviços farmacêuticos para a população da freguesia de S. João de Areias. O senhor Presidente da Câmara respondeu que o executivo deve circunscrever-se à lei e que se deve abstrair de interpretações subjetivas ou pessoais. Deve submeter-se àquilo que são os pareceres técnicos e ao que está expresso na legislação. Referiu que auscultou todas as partes interessadas, que solicitou parecer dos serviços competentes, que observou toda a legislação e que na lei não existia qualquer dado objetivo que permitisse emitir parecer desfavorável. Com base nestes factos e perante o parecer positivo das entidades técnicas entendeu o executivo não ter alternativa senão emitir parecer favorável. Referiu também que a não ser assim se corria o risco de, em tempos próximos, a farmácia fechar definitivamente.

Seguiu-se a intervenção do Senhor Deputado Serafim Pereira Rodrigues, Presidente da Junta de Freguesia de S. João de Areias que, baseado na resenha cronológica apresentada, repudia a mudança da farmácia para a união de freguesias de Óvoa e Vimieiro. Disse que a freguesia tem todas as condições para manter a farmácia por ser a 2ª maior do concelho em termos populacionais e ter na sua sede de freguesia uma extensão de saúde a funcionar há mais de 40 anos e que neste momento estão em curso obras na extensão de saúde de São João de Areias para a melhoria dos serviços prestados à população e garantir que o serviço seja mantido, conforme acordado pelos responsáveis da Administração de Saúde do Centro e reiterado pela Câmara Municipal de Santa Comba Dão, facto que reforça a viabilidade e justifica a necessidade de manutenção da farmácia. Disse ainda que foi solicitado à Junta de Freguesia de São João de Areias pela Câmara Municipal, um parecer relativo à transferência da farmácia Sales Mano, a junta de freguesia e todos os elementos da Assembleia de Freguesia foram de parecer negativo a esta intenção pelas razões atrás descritas. Entende que a aprovação da transferência por parte da Câmara Municipal é inadequada e injustificada, não respeitando os interesses da Freguesia. Colocou ainda uma questão: Se o parecer da Câmara Municipal foi alvo de algum estudo, designadamente de viabilidade económica e angariação de novos clientes uma vez que, dado em Santa



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

710
Luis
Tiago

Comba Dão existirem já três farmácias, não iríamos ter, em vez de um, três problemas de falta de clientes?! Questionou ainda se os Deputados Municipais oriundos da freguesia de São João de Areias são ou não a favor da mudança da farmácia. Decidiu-se que os mesmos responderiam no final da sessão.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Santa Comba Dão tomou a palavra, dizendo que respeita e compreende a opinião o Senhor Presidente da Junta de São João de Areias, na defesa dos interesses da sua freguesia, mas diz que a Câmara Municipal deve analisar a questão na sua globalidade e que a tomada de decisões deve ser baseada na lei. Sendo certo que a decisão final caberá ao INFARMED, a Câmara Municipal não tinha como dizer não. Também há que ter em conta as expectativas do empresário que tinha apresentado um estudo devidamente fundamentado e exaustivo.

A Senhora Deputada Edite Cruz abordou a temática da violência doméstica, cujo respetivo crime se encontra previsto na Lei, do art. 152º do CP, apelando a uma maior sensibilização e consequente melhoria de respostas a esta problemática de grandes dimensões, e que acaba por ser extensiva à população em geral.

O Senhor Deputado António José Correia corroborou a exposição e a opinião de Edite Cruz. Lembrou, a esse respeito, o Plano Municipal de Apoio às Vitimas de Violência Doméstica proposto durante o anterior executivo e gostaria que este não fosse esquecido, sugerindo o seu reforço e sua devida implementação. Propôs a votação de dois Votos de Louvor: a José Calado, pelos altos feitos a nível da Pesca Desportiva e a Horácio Ferreira, Jovem Músico do ano, entregando as propostas à Mesa da Assembleia Municipal. Depois, reportou-se a questões passadas na última Assembleia Municipal referentes à CCDR, solicitando informações e esclarecimentos. Referiu-se às acusações que alegadamente o Presidente da Câmara Municipal terá feito ao Deputado Fernando Cruz em que este teria afirmado, aquando de uma reunião na DGAL em Lisboa, que os mapas dos fundos disponíveis estavam a ser falsificados e que o Sr. Vereador Fernando Cruz teria conhecimento disso. Diz não acreditar mas até admitindo que fosse verdade, segundo ele, o Presidente da Câmara Municipal atraçou o senhor Vereador Fernando Cruz, ainda para mais, quando até o havia elogiado por todo o empenho aquando da transição do anterior executivo para o atual. Considerou inaceitável a referência pública a uma conversa do foro privado. Informou



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que já havia questionado por escrito a CCDR sobre as afirmações do Sr Presidente da Câmara na sessão da Assembleia Municipal anterior, em que transmitiu alegadas opiniões valorativas emitidas por um membro da CCDRC numa reunião em que esteve presente. Reitera que o PSD sempre esteve disposto a entendimentos, recentemente relatados em comunicado público. Dirige-se ainda ao Deputado José Augusto, a propósito das suas declarações sobre os condicionamentos com que o atual executivo se depara para executar o seu mandato, mencionando a situação encontrada na Freguesia de S. Joaninho referindo que os problemas encontrados nesta freguesia, e publicado num artigo escrito pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de S. Joaninho no Defesa da Beira, foram resolvidos pelo atual presidente sem recurso a lamentos permanentes na praça pública e que este trabalhou no sentido de arranjar soluções. Questiona ainda qual é o ponto da situação em relação às Piscinas Municipais, quando se previa abrir nova hasta pública, se haveria constrangimentos formais à continuidade do modelo de exploração anterior e se a entidade foi notificada no primeiro dia útil após abertura das propostas informando que se mantinha o modelo anterior. Relativamente à Casa da Cultura, lembra a mudança na receção, a utilização e iluminação de mais salas. Questiona a necessidade desta mudança e a sua base legal. Questiona por que não uma concessão de exploração das suas instalações, salvaguardando o interesse público e das associações. Relativamente à Profiacademus questionou sobre o ponto da situação relativa aos trabalhadores, se as indemnizações estão a ser negociadas e aceites, se os planos de pagamento estão acordados e até que data esteve o anterior diretor pedagógico em funções. Endereça ainda os parabéns a todos os Presidentes de Junta envolvidos na celebração dos Forais sugerindo ao Sr. Presidente da Câmara uma publicação para memória futura. Relativamente à questão da farmácia de São João de Areias compreende aquilo que o Sr. Presidente da Câmara transmitiu, embora possa não aceitar. Referiu que a grande preocupação que lhe tinha sido transmitida pelos empresários da farmácia era o encerramento da extensão de saúde e que isso sim é que colocava em questão a sua viabilidade.

Procedeu-se à votação dos Votos de Louvor, anexos à presente ata, os quais foram, individual e separadamente, votados favoravelmente, por unanimidade

O Senhor Presidente da Câmara Municipal associou-se aos votos de louvor. A respeito das supostas acusações a que se referiu o Senhor Deputado António José Correia, referiu que, por vezes, no calor da discussão, há coisas que não deveriam ser ditas da



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

forma em que são. Disse que não compreende a alegada abertura do PSD para colaborar pois, por vezes, não se mostram disponíveis. O anterior executivo deixou o município da forma que está – SCD está na lista dos concelhos mais endividados do país, em 19º, referindo, também, a inexistência de fundos disponíveis. Sobre as piscinas informou que será aberto novamente o processo da hasta pública e que os concorrentes foram informados. Comunicou também que até à data da nova hasta pública, para não causar constrangimentos, se mantinha o modelo anterior do que foi também dado conhecimento. Quanto à farmácia disse que a tomada de decisão se baseou nos requisitos da lei. Relativamente ao CMAD e à utilização de mais espaços da Casa da Cultura referiu que esta situação derivou de uma urgência relacionada com o encerramento da Escola Profissional, com o aparecimento de uma nova turma no 10º ano para além da que transitou para o 11º ano. O protocolo em vigor foi assinado pelo anterior executivo e ainda não terminou. Quando terminar, resolver-se-á. Quanto à Profiacademus disse que já tinham sido comunicados os valores das indemnizações e que iria haver uma reunião com os trabalhadores na 2ª feira seguinte de modo definir a metodologia para o pagamento das mesmas. Quanto ao diretor pedagógico esclareceu que se encontrou em funções até ao dia 31 de Agosto.

No seguimento do pedido de esclarecimento feito pelo Senhor Deputado António José Correia, este diz que Sr. Presidente da Câmara tinha fugido à questão colocada relativa ao Sr. Deputado Fernando Cruz e que nunca fugiu às suas responsabilidades. Questionou novamente o Sr. Presidente da Câmara relativamente à nomeação do diretor pedagógico da Profiacademus, lendo o ofício enviado pela DGEST em Abril, que mencionava que o mesmo não reunia as condições para exercer as funções, devendo proceder com maior urgência a nova proposta de acordo com os requisitos legais, perguntando se o mesmo foi respondido. O Sr. Presidente da Câmara informou que este assunto tinha sido devidamente tratado junto dos serviços competentes e deu os devidos esclarecimentos sobre a nomeação do Diretor Pedagógico. Informou que tinha havido um despacho legal de nomeação datado de Setembro e que inexplicavelmente este problema surgiu em abril. Finalizou dizendo que tudo tinha ficado esclarecido e resolvido à luz da nova legislação sobre o ensino profissional.

Interveio de seguida o Senhor Deputado Rui Jorge Gonçalves da Silva Pereira, referindo que esta semana faleceu uma grande educadora, a Dona Josefina Benedita Fernandes e roga para se exarar na ata o seu Voto de Pesar. Lembra também a questão da





MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Handwritten signature and initials, possibly "Ti" and "João".

operacional, o apoio às obras da APPACDM, do Lar de S. Joaquinho, do Lar da Misericórdia de Santa Comba Dão, e das obras na Extensão de Saúde, de São João de Areias. Quanto à situação financeira, até 30 Novembro tinha que dar-se a resposta ao Tribunal de Contas.

O Senhor Deputado Luís Marques saúda o conterrâneo Horácio. A seguir questiona a utilização de software Open Source, designadamente quanto aos ganhos, se existiu formação e se foram tidas em conta as questões de segurança. Quanto à Ecopista do Dão, pergunta qual o estado da infra-estrutura.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu que – o software não foi aplicado a todas as ferramentas, existiu formação e a implementação está a ser acompanhada pelo Departamento de Informática. Sobre a Ecopista do Dão, foi feita recentemente uma vistoria e elencados os problemas a solucionar.

O Senhor Deputado Rui Jorge Pereira critica os gastos com a iluminação de Natal em Santa Comba Dão. Gostava de saber quem suporta esse gasto.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal refere que já foi alterado o horário em que se desliga a iluminação pública, sendo que agora é das 2h30 às 4h30. Sobre ter ou não iluminação pública natalícia, refere que não teve custos acrescidos em materiais, mas entendeu-se fazer algum sacrifício para promover o comércio local.

O Senhor Deputado António José Correia salienta o cumprimento do compromisso da alteração da cobertura da Escola EB 2/3, por parte do governo central, questionando o prazo para a conclusão dos trabalhos. Parabeniza as iniciativas, como por exemplo o Mercadão. Recomenda maior visibilidade do exterior para a Aldeia Natal. Questionou, ainda, o apoio dado pelo Município, em termos de transporte, às associações e se o Gabinete de Inserção Profissional continuará em funções.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal refere que a cobertura da Escola será substituída no período de 16 a 31 de Dezembro. O apoio às associações, nas deslocações, tem sido feito com a cedência da viatura de 16 lugares. Quanto ao Gabinete de Inserção Profissional foi prorrogado, por mais um ano, o seu funcionamento.



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

2.3. PROPOSTA DE ORÇAMENTO DA RECEITA E DESPESA E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO DE 2015/MAPA DE PESSOAL, NOS TERMOS DOS ARTIGOS 28º E 29º DO ANEXO À LEI Nº35/2014, de 20 de Junho (LEI GERAL DO TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS) = APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO;

O Senhor Presidente da Câmara Municipal refere que, tendo em conta a falta de recursos disponíveis, apenas se promovem as despesas absolutamente necessárias e essenciais. A grande preocupação do executivo continua a ser a consolidação das contas do município e a redução do endividamento. De seguida fez um resumo do orçamento, cujo volume de despesa e receita é de 13.149.212 euros, incluindo uma dívida transitada de cerca de 5,1 milhões de euros.

O Senhor Deputado Fernando Cruz pede a clarificação dos montantes disponibilizados e respeitantes à diminuição da dívida e refere que não há referência a medidas do PAF. Referiu, ainda, se estariam acauteladas a devolução das verbas recebidas dos fundos comunitários e do impacto da dissolução da Combanima e da eventual e consequente saída da Dãogest.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu que ainda não se conhece o impacto da dissolução da Combanima, bem como não existem ainda relatórios finais da auditoria no âmbito do “ Mais Centro ”.

O Senhor Deputado Marco Varela questionou sobre a existência de pedidos de rescisões amigáveis por parte dos trabalhadores referindo que, quase metade da receita corrente da Câmara Municipal é para despesas com pessoal.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu que não existiu adesão dos funcionários ao programa de rescisões amigáveis e que a Câmara Municipal em 2015 se obriga a reduzir no mínimo quatro funcionários, o que irá ser conseguido à custa de aposentações.

O Senhor Deputado Rui Jorge Pereira leu uma missiva “Juntos, com os olhos no futuro”.

O Senhor Deputado António José Correia diz que reconhece que sempre houve constrangimentos de pessoal na área a educação.



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Senhor Deputado Luís Marques aborda a criação de âncoras para atrair mais pessoas. Não está referida nas opções do Plano para 2015 a Senhora da Ribeira. Porquê?

Responde o Senhor Presidente da Câmara que é uma necessidade e prioridade continuar a promover a Sra. da Ribeira, continuando a merecer toda a atenção pelo executivo.

Este ponto foi aprovado por maioria dos votos, com dezasseis votos a favor, sendo treze do PS, três votos a favor do PPD/PSD, 1 abstenção do CDS/PP, seis abstenções do PPD/PSD. Faltou á votação o deputado do PPD/PSD Fernando Augusto Neves Gomes da Cruz.

2.4. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO, EM 2015 (ARTº 50º DA LEI Nº 73/2013, DE 03 DE SETEMBRO) = APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO;

Neste ponto a que se refere um pedido de autorização para contratação de empréstimos a curto prazo, em 2015 (art. 50º da Lei Nº73/2013, de 03 de Setembro), o Senhor Presidente da Câmara Municipal deu as explicações relativas ao pedido.

Este ponto foi aprovado por unanimidade.

2.5. PEDIDO DE APOIO FINANCEIRO DE URGÊNCIA, NOS TERMOS DO ARTIGO 55º DA LEI Nº 53/2014, DE 25 DE AGOSTO, NO VALOR ATÉ 945 498, 71 € = APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO

Relativamente a este ponto, o Senhor Presidente da Câmara explicou a necessidade deste tipo de apoio, o qual apenas é possível para os municípios em que a adesão ao FAM é obrigatória e cujo valor será nele integrado, em caso de aprovação. Caso não seja concedido apoio do FAM, este empréstimo será liquidado em dez prestações semestrais.

Este ponto foi aprovado por unanimidade dos presentes. Faltaram à votação os deputados do PPD/PSD Fernando Augusto Neves Gomes da Cruz e António José Brito Correia.

III- PERIODO DE INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Não houve intervenções do público.

A Senhora Deputada Edite Cruz desejou votos de Feliz Natal e de um Bom Ano de 2015.

O Senhor Deputado Rui Jorge Pereira, propôs um almoço/jantar de Natal. O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, disse que devido à data um pouco tardia da sugestão talvez se equacionasse para o próximo ano.

O Senhor Deputado Joaquim Rodrigues falou sobre a farmácia. Não está satisfeito com a mudança da sede da farmácia, também como cidadão. Mas reconhece que é uma empresa e, nesse sentido, aceita a deslocalização, também como consequência da perda de utentes da extensão de saúde. Faz um reparo, relativamente ao estacionamento de autocarros no Centro Educativo Sul, que melhorou, mas podia estar ainda melhor.

O Senhor Deputado Jorge Amaral frisou que também não é favorável à mudança da farmácia, embora compreenda.

As deliberações desta sessão foram aprovadas em minuta, nos termos e como preceitua o nº 3 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão, pelas treze e trinta minutos, da qual e para constar se lavrou a presente ata que, depois de aprovada, vai ser assinada pela Mesa.



Santa Comba Dão
Assembleia Municipal

VOTO DE LOUVOR

Considerando que a Assembleia Municipal deve ser um espaço que valoriza os seus concidadãos e as suas Instituições;

Considerando que a expressão dessa valorização deve ser publica desde que os feitos e realizações alcançadas por esses Municípes ou Instituições sejam de alto relevo nas suas mais diversas expressões;

Considerando que o alcance desses feitos e realizações, sejam elas de carácter individual ou colectivo, levam sempre consigo o rótulo indelével de Santa Comba Dão e das nossas gentes;

O Grupo Parlamentar do PSD propõe a atribuição de um voto de louvor a Horácio Ferreira, jovem clarinetista de 25 anos nascido em Pinheiro de Ázere que muito recentemente foi distinguido como Jovem Música do Ano ao obter o Prémio Maestro Silva Pereira que premeia o vencedor máximo do concerto de laureados do Prémio Jovens Músicos da RDP, a mais alta distinção do panorama musical direccionado para jovens no País.

Horácio Ferreira tem um percurso musical iniciado na Filarmónica Lealdade Pinheirense tendo depois passado pelo Conservatório de Música de Coimbra e Escola Profissional de Espinho, tendo-se posteriormente licenciado na Escola Superior de Música e Artes do espectáculo.

Integrou diversas orquestras ao longo do seu ainda curto trajecto profissional, tendo obtido vários prémios e distinções nacionais e internacionais de que se destaca a recente distinção como melhor interpretação da "Première Rhapsodie" de Claude Debussy no prestigiado "Concours Debussy – International Clarinet Competition" em Paris.

Horácio Ferreira é um orgulhoso jovem Santacombadense que faz sempre questão de mencionar publicamente as suas origens.

Para além das suas capacidades inatas, Horácio Ferreira é um exemplo de abnegação, de trabalho, de dedicação e sobretudo de humildade, devendo ser uma referência para todos nós.

Pelo Grupo Parlamentar

(António José Correia)

Santa Comba Dão, 13/12/2014

Alexo fcs



Santa Comba Dão
Assembleia Municipal

Exmo. Sr.
Presidente da Assembleia,

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal,

Exmos. Srs. Deputados,

Digníssimo público,

PROPOSTA de ORÇAMENTO MUNICIPAL e GOP, s p/ 2015

A proposta de Orçamento Municipal para 2015, assume um enorme desafio de "REALISMO", tendo em linha de conta, os **constrangimentos estruturais, que decorrem das responsabilidades que o Município assumiu com o PSF – reformulado em 2010-; com o PAEL – PROGRAMA I, ainda sem "visto" do TC e de uma eventual candidatura ao FAM – Fundo de Apoio Municipal.**

O impacto que a implementação destes instrumentos poderá introduzir na Proposta de OM-2015, não é despreciable e, poderá mesmo condicionar fortemente a sua execução financeira se, entretanto não forem clarificados a muito curto prazo os montantes a afectar ao abatimento de dívida de Curto Prazo Fornecedores c/c ; Fornecedores de Imobilizado e à Banca;

Importa também reflectir sobre a estrutura do PAF – Plano de Ajustamento Financeiro -, constante do PAEL, que não poderemos esquecer foi elaborado e apresentado em 2011, perante **uma realidade muito diferente que enfrentamos em 2015** e, que do Nosso ponto de vista, deverá ser devidamente **reanalizado e actualizado, redesenhando as principais medidas de contenção da despesa e sua prioridade bem como a actuação no lado da "maximização" realista da receita.**

Acresce também clarificar financeiramente qual o **impacto** que decorre nomeadamente da **dissolução da COMBANIMA, E.M. e da PROFACADEMUS, E.M. e, da "internalização das responsabilidades financeiras no Município com a saída da COMBANIMA da Dãogest, S.A.**

Outro factor muito relevante que terá reflexos muito negativos ao nível da despesa, prende-se com a **eventual devolução de fundos do QREN-MAISCENTRO, questão já aflorada pelo Executivo, mas que não se encontra plasmada na Proposta do OM-2015.**

Não se encontra na proposta de OM-2015, qualquer referência às medidas do PAF já implementadas e não implementadas e, qual a sua justificação, no **sentido de avaliarmos com maior rigor os resultados das medidas políticas dirigidas à contenção da despesa, nomeadamente RH; Aquisição de Serviços; Encargos Financeiros; transferências; e verificar o comportamento das decisões políticas tomadas;**

[Handwritten signatures and initials]

[Handwritten signature]

anexo 13



Santa Comba Dão
Assembleia Municipal

[Handwritten signatures]
Ting

Esta Assembleia desconhece até ao momento, qualquer Relatório de Gestão que deveria ter sido regularmente submetido c/ periodicidade SEMESTRAL,, nos termos do art.º 66º do CSC, sobre a Dãogest, que deverá conter pelo menos, uma exposição fiel e clara da evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Sociedade, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a mesma se defronta.

É neste quadro muito complexo, que sublinhamos que a Proposta de OM-2015, comporta riscos de execução não negligenciáveis, tendo em conta, a incerteza associada à decisão do PAEL, do PAF e, do ATU – Apoio Transitório de Urgência submetido ao FAM . Neste enquadramento os Deputados do PSD apresentam um voto de abstenção, reconhecendo que os desafios e incertezas aqui destacadas, terão um impacto determinante na execução do OM-2015

[Handwritten signature]
Fernando Domingos
2014-12-12